

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL**

CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL EM ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA GRANDE-PE**

FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO

**PETROLINA, PE
2016**

FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL EM ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA GRANDE-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao IF SERTÃO-PE *Campus*
Petrolina Zona Rural, exigido para a
obtenção de título de Engenheiro Agrônomo.

**PETROLINA, PE
2016**

D155

Damasceno, Franciano Cavalcanti.

Avaliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em assentamentos do município de Lagoa Grande / Franciano Cavalcanti Damasceno. - 2016.

39 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, 2016.

Bibliografia: f. 32-33.

1. Extensão rural. 2. Agricultura familiar.
3. Lagoa Grande-PE. I. Título.

CDD 630.715

FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL EM ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE
LAGOA GRANDE-PE**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado
ao IF SERTÃO-PE *Campus* Petrolina Zona Rural,
exigido para a obtenção de título de Engenheiro
Agrônomo.

Aprovado em _____ de _____ de 2016

Professor José Batista da Gama
Professor do IF SERTÃO-PE
(Membro da banca examinadora)

Professora Flávia Cartaxo Ramalho Vilar
Professora do IF SERTÃO-PE
(Membro da banca examinadora)

Professor Adelmo Carvalho Santana
Professor do IF SERTÃO-PE
(Professor orientador)

RESUMO

Os assentamentos rurais são definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras. A Assistência Técnica e Extensão Rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que deve atuar decisivamente nas iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras afins, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e fundamentados em princípios agroecológicos. Dessa forma, a ATER é de suma importância para atender as necessidades locais de cada assentado. Ela não é propriamente uma política social, mas uma política pública de apoio ao desenvolvimento dessas áreas rurais, visando o aperfeiçoamento e expansão das técnicas implantadas nos assentamentos. Avaliando os serviços de ATER em assentamentos do município de Lagoa Grande/PE, 90,38% das famílias confirmaram ter recebido o serviço de visita técnica individual com duração média de 55 minutos; 76,92% afirmaram que a visita foi proveitosa; 64,46% dos beneficiários se recordam dos assuntos tratados durante os eventos coletivos; 65,38% afirmam ter recebido da prestadora do serviço material escrito (apostila, folheto, etc); 80,76% pretendem aplicar as orientações recebidas em seu lote; 76,92% avaliaram que os serviços trouxeram melhorias para a execução das atividades do dia-a-dia; 71,15% acham que o técnico ainda pode melhorar em sua forma de trabalhar. Os serviços de ATER a serem analisados nesse trabalho foram prestados nos assentamentos rurais localizados no município de Lagoa Grande situado ao oeste do estado de Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, mais precisamente na região do Submédio do Vale do São Francisco.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, reforma agrária.

À minha família,
pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Jaqueline, pela compreensão, pelo apoio e incentivo para a realização deste curso.

À minha filha Cecília, pelo sorriso gratuito que tanto nos motiva na luta por dias melhores.

Aos meus pais, Maria Gorete (*in memoriam*) e Ponciano, que nos dão forças para continuar.

Ao Engenheiro Agrônomo Osvaldo Marques Junior, por seu exemplo profissional e pela amizade e confiança.

Ao INCRA, que nos possibilitou a realização deste trabalho.

Aos colaboradores da Diamantina Projetos Agrícolas LTDA, em especial a Coordenadora do Núcleo Operacional de Lagoa Grande, Ozaneide Gomes, pela importante contribuição nas informações.

Aos professores do IF Sertão, em especial ao prof. Adelmo Carvalho Santana, pela orientação e atenção dispensada durante todo o trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora pelas importantes contribuições.

O domínio de uma profissão não exclui o seu aperfeiçoamento. Ao contrário, será mestre quem continuar aprendendo.

(Pierre Feuter)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 01: Mapa de localização dos projetos de Assentamentos localizados no Município de Lagoa Grande/PE, 2015.	21
Figura 02: Gráfico de avaliação das visitas técnicas, 2015.....	25
Figura 03: Caprinocultura no assentamento Morro do Mel.....	26
Figura 04: Ovinocultura no assentamento Morro do Mel.....	26
Figura 05: Beneficiários com contratos do PNAE.....	26
Figura 06: Produtos agrícolas fornecidos ao PNAE.....	26
Figura 07: Gráfico representando a avaliação de atividades coletivas, 2015.....	27
Figura 08: Estação I. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras.....	28
Figura 09: Estação II. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras.....	28
Figura 10: Estação III. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras.....	28
Figura 11: Estação IV. Dia-de-campo sobre Criação de galinhas caipiras.....	28
Figura 12: Gráfico de avaliação da entidade executora.....	29
Figura 13: Gráfico de avaliação do atendimento técnico.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental
EMATER - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MSF – Médio São Francisco
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NO – Núcleo Operacional
ONG - Organização Não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONTER– Programa Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural
RB – Relação de Beneficiários da Reforma Agrária
SIATER – Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIPRA – Sistema de Informações do Programa de Reforma Agrária
SR – Superintendência Regional
SRD – Sem Padrão Racial Definido

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Distribuição das famílias sorteadas para entrevista no município de Lagoa Grande/PE, 2015	23
Tabela 2: Dados da execução dos serviços, 2015	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3. OBJETIVOS	19
3.1 Objetivo Geral.....	19
3.2 Objetivos Específicos.....	19
4. MATERIAL E MÉTODO	20
4.1. Caracterização do local de estudo.....	20
4.2. Amostragem e entrevistas	22
4.2.1. Local de amostragem das entrevistas.....	22
4.2.2 Formulário utilizado	23
4.2.3 Serviços avaliados.....	24
5. RESULTADOS.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXO I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	34
ANEXO II: Quadro de respostas das entrevistas de avaliação realizadas no município de Lagoa Grande-PE, 2015.....	35

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, novidades importantes ganharam espaço no processo de desenvolvimento do meio rural – e do país de modo geral. Dois aspectos merecem destaque: um é o avanço da perspectiva de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas para o espaço rural e o outro é o fortalecimento da agricultura familiar (SILVA, C. P. da; LAVRATTI, E. C.; NIEDERLE, 2016).

A criação de assentamentos, no âmbito dos programas oficiais de “reforma agrária” ao longo da história do Brasil, em grande medida se limitou a proporcionar não mais que o acesso a terra, e ainda assim, na condição de concessão de uso, não na posse definitiva. Nos anos de 1990 os assentados já podiam acessar créditos para estruturar a produção e mesmo que não de forma universalizada recebiam apoio técnico. Porém, foi só na primeira década do presente século que passaram a ter acesso a um conjunto de outras políticas públicas que permitem fechar um ciclo que se inicia com a estruturação da produção, que passa pela educação, assistência técnica, moradia, cultura, etc. e se fecha no acesso ao mercado, o que começa a ser promovido por políticas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e outros programas de compra institucional, como o garantido pela Lei 11.947/2009, que orienta a destinação dos recursos do PNAE (programa nacional de Aquisição de Alimentos), em que no mínimo 30% destes devem servir à compra de produtos oriundos da agricultura familiar, além do suporte ao acesso a mercados convencionais (SILVA, C. P. da; LAVRATTI, E. C.; NIEDERLE, 2016).

Segundo a Lei 12.188, de 2010 (BRASIL, 2010), que Instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Os serviços de ATER são prestados por instituições ou organizações públicas ou privadas desenvolvidos por profissionais com qualificação técnica exigida dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços de forma a atender

as necessidades locais de cada assentado, promovendo a troca de informações por meio da comunicação individual sobre as respectivas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia.

Assim, de acordo com Almeida; Oliveira; Xavier (2010) a ATER não é propriamente uma política social, mas sim, uma política pública de apoio ao desenvolvimento das áreas rurais, visando o aperfeiçoamento e expansão das técnicas implantadas nos assentamentos.

Piccin et. al. (2009) afirmam que um assentamento de reforma agrária é constituído de complexas inter-relações sociais, econômicas e culturais, que configuram um ambiente marcado por assimetrias e relações de poder. É neste ambiente que os agentes de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) interagem com os agricultores assentados, com as direções do assentamento, direções de cooperativas e direções do Movimento de Trabalhadores Sem Terra; e em redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, de parentesco, religiosas, entre outros.

Em nível regional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de sua Superintendência Regional no Vale do São Francisco (SR-29) fornece o serviço de ATER aos assentamentos sob sua jurisdição, divididos em 07 (sete) lotes, mediante contrato por Chamada Pública realizada em 2014, conforme Lei 8666/93 (BRASIL, 2014)

O município de Lagoa Grande/PE, localizado ao oeste do estado de Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, mais precisamente na região do Submédio do Vale do São Francisco (FAUSTO et al, 2010), compõe o Lote II da chamada pública (INCRA, 2014).

O objetivo desse trabalho é avaliar a qualidade e os resultados dos serviços de ATER realizados em assentamentos rurais no município de Lagoa Grande-PE pela empresa Diamantina Projetos Agrícolas LTDA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A reforma agrária é a ação integrada entre os órgãos governamentais e não governamentais que visa colaborar no processo de auto sustentação das áreas de assentamentos rurais regulamentados. Objetiva a organização interna das áreas como mola propulsora que levará ao seu desenvolvimento econômico e social (PIRES, 2002).

Os assentamentos rurais podem ser definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras, estabelecem outros padrões sociais de produção agrícola e, por vezes, criam novas dinâmicas econômicas e sociais (BERGAMASCO; NORDER, 1996, MEDEIROS et al., 2002, MARTINS, 2003 citado por DIAS, 2004).

Assim para Sabourin; Oliveira; Xavier (2007), os assentados devem se organizar coletivamente desde a fase de acampamento, durante a implementação do assentamento, durante a fase provisória de instalação para conseguir ajudas, crédito habitação, auxílio-alimentação (cestas básicas), durante a fase de produção (aval solidário do crédito agrícola, etc).

Pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar (INCRA, 2016).

A agricultura familiar é aquela desenvolvida em empreendimento no meio rural, com área não maior a 04 (quatro) módulos fiscais, utilizando predominantemente a mão-de-obra da própria família e que obtenha percentual mínimo da renda familiar originada do seu estabelecimento e seja dirigido pela família (BRASIL, 2006).

Já a assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

Os serviços públicos de apoio ao desenvolvimento agrícola destinados aos assentados da reforma agrária já estavam previstos no Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964. Além da assistência técnica para os assentados, o Estatuto da Terra

previa no artigo 73, a distribuição de sementes e mudas, a venda e distribuição de reprodutores, a mecanização agrícola, o cooperativismo, a assistência financeira, o auxílio para comercialização, a industrialização e o beneficiamento dos produtos, a eletrificação e a capacitação rural (BRASIL, 1964). Logo após sua promulgação, o governo designou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) como órgão responsável pela coordenação deste serviço.

Em 1970, o governo de Castelo Branco criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo um dos objetivos, estimular a consolidação de unidades de produção por meio da organização social e econômica das comunidades nos assentamentos (NEUMANN e DALBIANCO, 2012).

Embora fossem criadas instituições de apoio à reforma agrária e estabelecidas orientações normativas para sua atuação, na visão de Pimentel (2007), o serviço de assistência técnica preconizado para os assentados durante os governos militares não saiu do papel, tendo ficado restrito a ações pontuais, muitas vezes desarticuladas e executadas pelas entidades locais ou regionais.

Segundo Neumann e Dalbianco (2012), com o fortalecimento da organização popular na década de 80, e com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), voltaram à pauta as reivindicações de políticas públicas destinadas a atender os agricultores sem-terra e assentados, entre elas encontravam-se as políticas de assistência técnica e extensão rural.

Em 1985, Romeu Padilha assumiu a presidência da Empresa Brasileira de Assistência Técnica (Embrater), destacando em seu discurso a priorização ao povo marginalizado do modelo desenvolvimentista militar, entre eles, os sem-terra e os assentados da reforma agrária. No entanto, essa proposta de mudança teve pouca repercussão (NEUMANN E DALBIANCO, 2012).

Após a extinção da Embrater em 1990 pelo governo Collor, foi criada uma proposta de prestação de serviços para os pequenos produtores vinculados ao programa de reforma agrária mediante convênios ou troca de recursos financeiros e de serviços entre as empresas estaduais (Ematers) e o Ministério da reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), quando então foi criada uma linha de trabalho específico para a assistência técnica em assentamentos rurais. Com isso houve aumento no quadro de técnicos nos estados para trabalharem exclusivamente nesses assentamentos. Apesar do aumento dos agentes na prestação desse serviço, a parcela de agricultores atendidos pelo serviço de ATER passou a ser muito baixa.

De acordo com Echenique (1998) citado por Neumann e Dalbianco (2012), nesse período, mais de 80% dos agricultores familiares e assentados não dispuseram de qualquer tipo de assistência técnica.

Em 1997 foi criado o Projeto Lumiar com o objetivo de viabilizar o acesso à assistência técnica e extensão rural às famílias em assentamentos da reforma agrária, visando preencher a lacuna existente no âmbito da oferta do serviço de ATER aos assentados.

O Projeto Lumiar foi formatado para que os serviços de ATER fossem financiados com recursos públicos, mas fornecidos por organizações não governamentais (ONGs), cooperativas, grupos de profissionais e outros em processos geridos pelas associações dos próprios assentados. Embora inovador, o Projeto Lumiar apresentou um conjunto de limitações em sua operacionalização e foi descontinuado no ano 2000.

Entre o fim do Projeto Lumiar em 2000 e o início do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) vigente desde 2004, houve uma lacuna na oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural para os assentados da reforma agrária.

Em 2004, com o advento da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) promovida pelo governo federal a partir de 2003, o INCRA passou a discutir, com base nas mesmas diretrizes constantes na Pnater um programa para atender os assentados da reforma agrária, foi quando surgiu o programa de Ates.

Segundo Neumann e Dalbianco (2012), na execução do programa de Ates, verificou-se a necessidade de discutir a melhor maneira de formalizar as relações entre Inkra e Prestadoras de serviço de Ates. Historicamente, essas relações aconteciam mediante convênios. Entretanto, essas relações mediadas por convênios favoreciam a instabilidade institucional das prestadoras de serviço de ATES, observadas dificuldades de operação e incertezas quanto a renovação dos convênios, preocupações quanto a disponibilidade futura de recursos e adequação as novas regras, normas e decretos condicionantes a sua atuação. As dificuldades de cumprimento das regras criaram dificuldades na prestação de contas, atrasos nos repasses de recursos e grande rotatividade de técnicos, prejudicando a continuidade do serviço de Ates.

Além desses aspectos, a modalidade de convênio foi muito criticada pelos órgãos de controle de contas. A falta de transparência sobre o gasto dos recursos públicos, a ausência de um sistema de controle das ações desenvolvidas pelas equipes técnicas e a pressão social sobre as ações desenvolvidas pelo Incra foram os argumentos que sustentaram a necessidade de alteração em relação ao instrumento jurídico utilizado para contratação das entidades prestadoras de Ates, substituindo os convênios por contratos por meio de chamada pública.

Em 2010 foi publicada a Lei 12.188, de 11/01/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, alterando a Lei Nº 8.666, de 21/06/1993. Este marco regulatório define a atividade de Ater como: serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) foi contemplado pela nova de Política Nacional de Assistência Técnica e passou a ser chamado simplesmente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O público beneficiário das atividades de Ater, segundo a PNATER, são os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação. Para comprovação da qualidade de beneficiário será exigida a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário de reforma agrária - RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA (BRASIL, 2010).

A atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) tem a missão de promover e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrada na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às

dinâmicas locais, em busca de contribuir para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida (FREIRE et al, 2015).

A metodologia de abordagem deve ter caráter educativo, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de práticas sustentáveis. A sensibilidade atrelada a habilidade e a visão do extensionista deve nortear para a escolha de um bom e adequado método. Segundo Ramos (2012), os mais indicados são:

Reunião: é um método simples de alcance grupal, planejado e realizado junto a um público que possui interesses e objetivos comuns e que desejam solucionar os problemas por meio da troca de ideias, conhecimentos, informações. Serve para o encaminhamento das soluções, tomada de decisões e assumir compromissos referentes aos problemas comuns do grupo.

Visita Técnica: é um método simples, de alcance individual, que serve para a troca de informações para execução do programa de extensão rural. É utilizado quando se necessita trocar conhecimentos e informações, sensibilizar, motivar, planejar, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas com os beneficiários da Pnater.

Oficina: é um método complexo e grupal que permite a um grupo de pessoas que se propõe a resolver questões de interesse comum, discutir e tratar de problemas e potencialidades, havendo troca de saberes, e experiências vivenciadas, propostas alternativas de soluções inerentes à realidade e devidos encaminhamentos. Serve para aprofundar os conceitos básicos e questões que se referem a programas e projetos em desenvolvimento ou que se encontram em processo de planejamento, depois do consenso de ideias e opiniões necessárias ao encaminhamento das ações tomadas pelo grupo.

Mutirão: é um método complexo e grupal, pelo qual um grupo de pessoas desenvolve uma ou mais ações com objetivos e interesses comuns. É utilizado em nível da própria comunidade, beneficiando sempre a coletividade. Serve para somar esforços para solucionar um problema comum, possibilitando o benefício, também comum.

Dia de campo: é um método grupal e complexo que permite a reunião de um grupo de pessoas, entre 50 a 100 participantes, em determinada propriedade rural, onde estão sendo obtidos bons resultados em certas práticas ou tecnologias, e que

merecem ser conhecidos, possibilitando aos participantes a observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais, bem como a possibilidade de implementação das práticas observadas. Serve para mostrar uma ou mais práticas ou tecnologias referentes a um só assunto, visando motivar e despertar o interesse de pessoas, mediante a troca de experiências, a oportunidade de comparações e esclarecimento de dúvidas relacionadas aos temas observados.

A Assistência Técnica tem um papel de suma importância na promoção de acesso das famílias às Políticas Públicas disponíveis para o desenvolvimento do meio rural. Entre eles destacam-se:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que é um Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (MDA, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. Funciona com a compra mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Uma das modalidades do PAA, a Compra institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas (MDA, 2013).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi Instituído pela Lei 11.947/2009, o PNAE prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

O Crédito Instalação, concedido desde 1985, consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária (MDA, 2013).

Considerando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e a ação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, coordenada pelo INCRA, a Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco convocou através da Chamada Pública nº 01/2014, para contratação, na forma prevista nas Leis nº 8.666/1993 e 12.188/2010, de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para o público beneficiário composto por 9.947 (nove mil, novecentas e quarenta e sete famílias de agricultores(as) beneficiários(as) do Programa Nacional de Reforma Agrária, assentados(as) em 262 Projetos de Assentamento, em um arranjo composto por 07 (sete) lotes, contemplando todos os projetos de assentamento sob sua circunscrição (INCRA,2014).

Para o lote II, representado por 20 assentamentos no município de Lagoa Grande/PE, conforme Incra (2014), com abrangência para 695 beneficiários foi preestabelecido uma equipe técnica multidisciplinar composta por 03 profissionais de nível superior e 06 com formação técnica de nível médio.

O campo de pesquisa objeto deste documento está localizado no município de Lagoa Grande que, de distrito pertencente ao município de Santa Maria da Boa Vista, passou a ser município no ano de 1997, encravado no estado de Pernambuco, mesorregião do São Francisco Pernambucano e microrregião de Petrolina. Faz divisa ao Norte com os municípios de Dormentes/PE e Santa Cruz/PE, ao Sul com o Rio São Francisco, ao Leste com o município Santa Maria da Boa Vista/PE e ao Oeste com o município de Petrolina/PE. Seus principais acessos são a BR-122 e a BR-428. (VALE, 2014).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Avaliar a qualidade e os resultados dos serviços de ATER realizados em assentamentos rurais no município de Lagoa Grande/PE pela empresa Diamantina Projetos Agrícolas LTDA.

3.2 Objetivos Específicos

- Verificar a atuação dos técnicos e a metodologia utilizada junto aos assentamentos rurais de Lagoa Grande/PE;
- Diagnosticar a percepção dos assentados frente às inovações tecnológicas abordadas pelos técnicos;
- Apresentar possíveis resultados em virtude da ação dos extensionistas na área de estudo;
- Identificar resultados de mudança de atitudes relacionadas a cadeia produtiva dos assentados.

4. MATERIAL E MÉTODO

4.1. Caracterização do local de estudo

Foram avaliados os serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER prestados pela contratada Diamantina Projetos Agrícolas LTDA, conforme Relatórios de Execução previamente cadastrados no Sistema Informatizado de ATER – SIATER, (MDA, 2016) números: 29553, 30180, 30989, 32482, 33319, 34376, 35618, 36362, 38007, 39723, 41027 e 41803 durante o primeiro ano de contrato de prestação do serviço, no período de 02/10/2014 a 30/09/2015, aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em assentamentos rurais localizados no município de Lagoa Grande/PE.

O município de Lagoa Grande pertence ao estado de Pernambuco, se estende por 1.848,928 Km² e conta com população estimada de 25.030 habitantes, densidade demográfica é de 12,31 habitantes por Km² (IBGE, 2016). Conta com 20 (vinte) assentamentos rurais ocupando uma área de 21.203,2 hectares, correspondendo a 11,47 % do município (INCRA, 2016).

As atividades prestadas e cadastradas no SIATER pela prestadora foram as seguintes: curso; dia de campo; elaboração de projeto básico; elaboração de projetos Pronaf; elaboração de projeto do crédito instalação; oficina; reunião e visita técnica à unidade de produção familiar.

Os assentamentos atendidos com os serviços foram: Abreu e Lima I, Alto da Areia, Baixa do Juazeiro, Bom Conselho, Cruz do Pontal, Deusdete Ramos, Edmilson de Araújo, Estrela Dalva, Jatobá, José Ramos, Lagoa da Baraúna, Lagoa das Caraíbas, Madre Paulina, Morro do Mel, Ouro Verde, Panelas, Pocinhos, Riacho Fundo, Santa Marta e Três Conquistas, localizados conforme Figura 01.

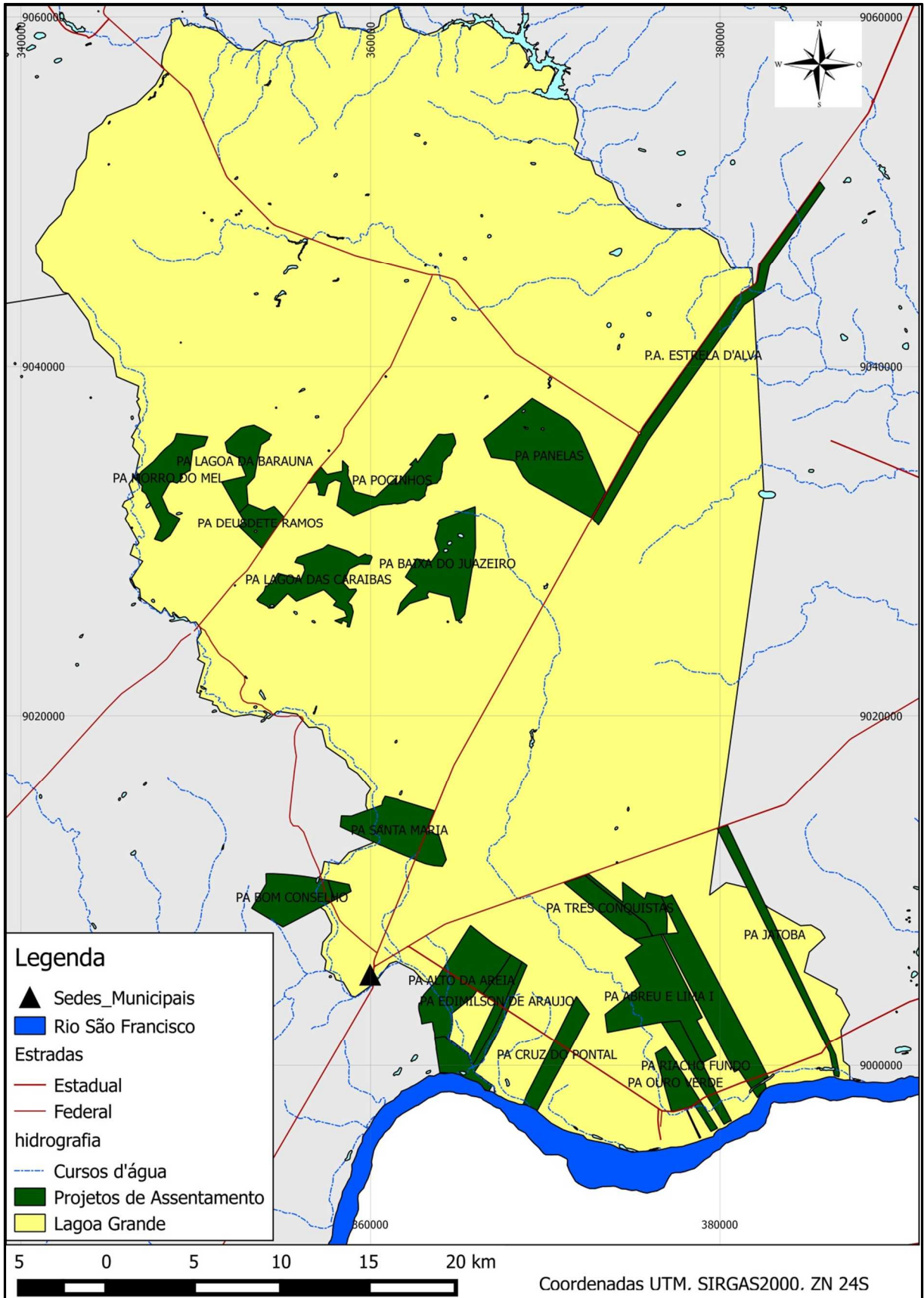


Fig. 01. Mapa de localização dos projetos de Assentamentos localizados no Município de Lagoa Grande-PE, 2015.

4.2. Amostragem e entrevistas

Para definição do tamanho da amostra, adotou-se o método amostragem aleatória simples disposta no anexo II da Portaria INCRA/P nº 581/2010, tendo o modelo matemático de Krejcie e Morgan (1970) citado por Incra (2010), o qual considera o tamanho da amostra (nº de famílias a ser entrevistado) em cada instrumento firmado proporcionalmente ao número de famílias total assistidas dentro do contrato de ATER na Superintendência Regional.

Deste modo, em um universo de 4.459 famílias atendidas pela prestadora do serviço de ATER em 03 lotes, aplicando-se o modelo matemático descrito acima, foi calculada uma amostra de 354 beneficiários para avaliação do instrumento.

A informação de quais famílias atendidas foi obtida através dos relatórios extraídos do Siater em formato de planilha.

Os dados das famílias atendidas foram organizados em lista e enumerados de 01 a 4459, para realizar o sorteio dos 354 beneficiários para avaliação.

A escolha aleatória das famílias foi realizada através do “sorteador” *on-line* (<http://www.sorteador.com.br/>) e produzida relação de beneficiários a serem entrevistados. No município de Lagoa Grande (lote II da chamada pública) foram sorteadas 52 famílias distribuídas nos assentamentos do município, conforme tabela 1 e mais 52 para compor reserva, caso a sorteada não se encontre.

Em raras situações em que a família sorteada não foi encontrada, nem a reserva, a entrevista foi realizada com a próxima família encontrada no assentamento.

4.2.1. Local de amostragem das entrevistas

As entrevistas foram realizadas no período de 16 a 20/11/2015 às famílias sorteadas, beneficiárias dos serviços de ATER, através de visitas individuais e registradas em formulário próprio para fins de avaliação da qualidade dos serviços individuais e coletivos prestados nos assentamentos rurais do município de Lagoa Grande/PE, conforme Tabela 01.

Tabela 01. Distribuição das famílias sorteadas para entrevista no município de Lagoa Grande/PE, 2015.

Assentamento	População Atendida	Beneficiários Sorteados	Beneficiários reservas
1. Abreu e Lima I	35	0	0
2. Alto da Areia	99	6	6
3. Baixa do Juazeiro	21	2	2
4. Bom Conselho	19	2	2
5. Cruz do Pontal	18	1	1
6. Deusdete Ramos	3	0	0
7. Edmilson de Araújo	29	2	2
8. Estrela Dalva	16	2	2
9. Jatobá	25	4	4
10. José Ramos	74	8	8
11. Lagoa da Baraúna	6	2	2
12. Lagoa das Caraíbas	12	1	1
13. Madre Paulina	53	3	3
14. Morro do Mel	22	1	1
15. Ouro Verde	89	8	8
16. Pannels	37	4	4
17. Pocinhos	9	0	0
18. Riacho Fundo	30	6	6
19. Santa Marta	28	0	0
20. Três Conquistas	25	0	0
Total	650	52	52

4.2.2 Formulário utilizado

O questionário utilizado nas entrevistas de fiscalização (Anexo I) seguiu o modelo proposto no Manual de Acompanhamento de Contratos de ATER (MDA, 2012), contudo, sofreu algumas adaptações pela equipe de avaliação do contrato para melhor se adequar a realidade dos serviços prestados nos assentamentos compreendidos na Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco.

Com base no formulário, os dados avaliados foram divididos por atividades oferecidas pela Ater.

Atividades individuais: visitas técnicas, elaboração de projetos.

Atividades coletivas: cursos, encontros, dia de campo, oficinas, mutirão e reuniões.

A empresa executora do serviço de assistência técnica também foi avaliada pelos beneficiários.

4.2.3 Serviços avaliados

Os serviços avaliados foram aqueles prestados aos beneficiários, definidos inicialmente em Oficina de Planejamento com representantes de cada assentamento, e cadastrados no SIATER no período entre 02/10/2014 a 30/09/2015 e estão listados na Tabela 02.

Tabela 02: Dados da execução dos serviços, 2015.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER	NÚMERO DE ATIVIDADES EXECUTADAS NO 1º ANO DE CONTRATO
Curso	01
Dia de campo	01
Elaboração de projetos de créditos (Semiárido, Fomento, Fomento Mulher, PRONAF, PAA)	1112
Oficina de avaliação de atividades	21
Reunião	60
Visita técnica à unidade de produção familiar	3540
Outros (mutirão, encontro, etc.)	21
Total de atividades	4756

5. RESULTADOS

Os resultados obtidos através dos questionários aplicados aos assentados do município de Lagoa Grande-PE são evidenciados no Anexo II.

As visitas técnicas a unidade de produção familiar aparece como o serviço mais oferecido pela prestadora do serviço de ATER. Das 52 famílias entrevistadas nos assentamentos de Lagoa Grande-PE, 90,38% responderam que receberam o serviço com a duração média de 55 minutos e 76,92% avaliaram que o serviço foi proveitoso (Figura 02).

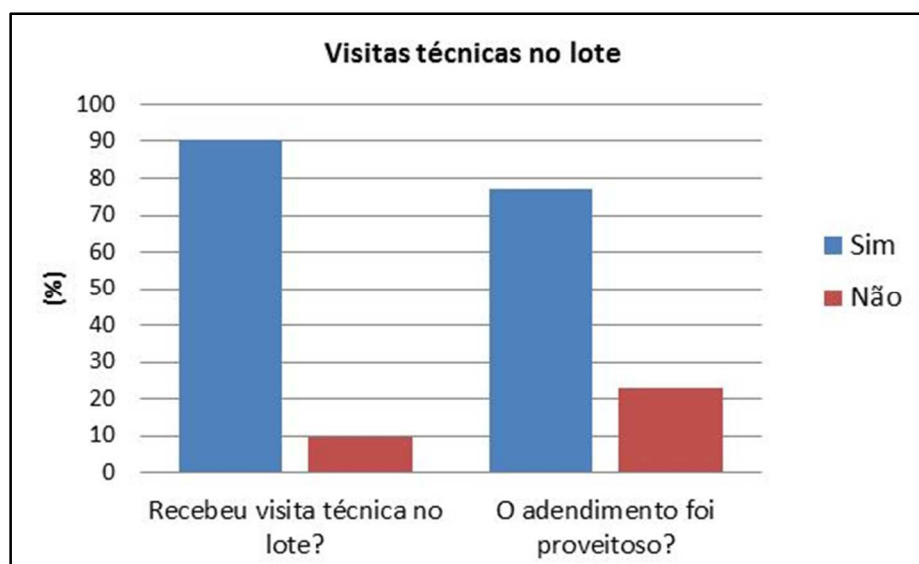


Fig. 02. Gráfico de avaliação das visitas técnicas, 2015.

Comparando esses resultados com os de Vieira; Medeiros (2011) em diagnóstico realizado com os produtores do assentamento Guapirama no município de Campo Novo do Parecis-MS, quando questionados sobre o número de visitas técnicas recebidas do técnico da EMPAER no ano de 2006, apenas 19,23 % dos entrevistados, responderam ter recebido uma ou mais visitas do técnico da EMPAER.

O serviço de elaboração de projetos de créditos (Semiárido, Fomento, Fomento Mulher, PRONAF e PAA), também foi atuante para captação de recursos para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda.

No assentamento Morro do Mel foram elaborados 21 projetos para investimento do crédito PRONAF e liberados mais de 500 mil reais para investimento na caprinovinocultura do assentamento, atividade já explorada pelas famílias

assentadas. O recurso foi investido no melhoramento genético do rebanho, instalações e suporte forrageiro (Figura 03 e 04).



Fig. 03. Caprinocultura no assentamento Morro do Mel. Foto: Ozaneide Gomes



Fig. 04. Ovinocultura no assentamento Morro do Mel. Foto: Ozaneide Gomes

Com a implantação dos projetos do PRONAF, os agricultores puderam evoluir o sistema de criação saindo de um modelo primitivo de baixa produtividade para um modelo de criação adotando-se técnicas de produção e armazenamento de forragens em silos, plantio de palma forrageira, construção de apriscos de chão batido, construção de cercas e delimitação de piquetes e aquisição de reprodutores das raças Boer, Anglo Nubiana e Santa Inês para cruzamento com as matrizes sem padrão racial definido (SRD) já existentes.

O serviço de ATER juntamente com os assentados elaboraram propostas para fornecimento de alimentos ao PNAE, o que culminou na contratação (Figura 05) de 18 famílias pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande-PE para fornecimento de produtos agrícolas como banana, acerola, manga, uva, feijão verde, bolos, biscoitos e sorvetes naturais (Figura 06).



Figura 05. Beneficiários com contratos do PNAE. Foto: Ozaneide Gomes



Figura 06. Produtos agrícolas fornecidos ao PNAE. Foto: Ozaneide Gomes

A prestadora de ATER elaborou 446 projetos do crédito Fomento Mulher, crédito instalação exclusivo da mulher no valor de R\$ 3 mil cada, sendo que ainda no ano de 2015 foram contempladas 104 mulheres com recursos investidos em diversas atividades geradoras de renda como criação de galinhas, fabricação de doces e salgados, plantio de hortas, etc.

A atividade coletiva prestada com maior frequência foram as reuniões, com um número de 60 (sessenta) durante o ano, contudo, os beneficiários ao serem perguntados se recordam dos assuntos tratados, apenas 64,46% dizem lembrar, embora 65,38% afirmam ter recebido da prestadora algum material escrito (apostila, folheto, etc.) e 80,76% dos entrevistados pretendem aplicar em seu lote as orientações que foram discutidas, conforme ilustrado na Figura 07.

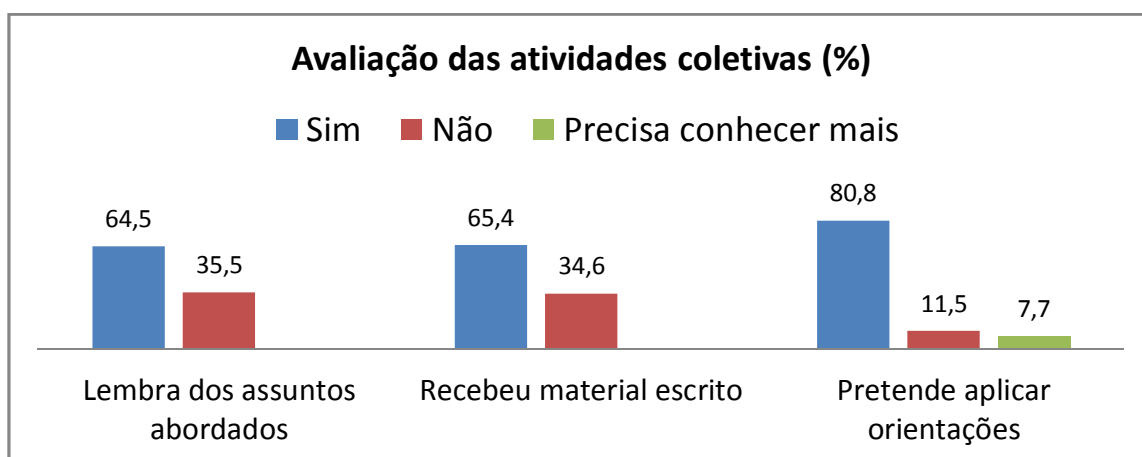


Fig. 07. Gráfico representando a avaliação de atividades coletivas, 2015.

Dia-de-campo: O único dia de campo no período foi sobre a Criação de Galinhas Caipiras. Ocorreu no PA Santa Marta e teve a participação de cerca de 180 beneficiários de assentamentos do município de Lagoa Grande/PE.

Na estação I foram abordados os cuidados na recepção dos pintos, as instalações mínimas necessárias e o manejo inicial das aves (Figura 08).

A Estação II foi direcionada ao controle sanitário das aves, orientando os assentados sobre a higiene das instalações, as vacinas e o manejo necessários para evitar a ocorrência de doenças comuns em explorações desenvolvidas de forma empírica. Mostrava aos assentados a importância de manter as condições de higiene no sistema de criação que permitam minimizar a ocorrência de doenças,

obter boa performance e bem-estar das aves, além de assegurar ao consumidor um produto de boa qualidade (Figura 09).



Fig. 08. Estação I. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras. Foto: Ana Paula Castro.



Fig. 09. Estação II. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras. Foto: Ana Paula Castro.

A Estação III (Figura 10) tratava do manejo alimentar, enfatizando a relevância de suprir as carências nutricionais das aves em todos os seus estágios de desenvolvimento e produção e a necessidade de aperfeiçoar a prática para garantir eficiência produtiva e a lucratividade da exploração, visto que a alimentação representa cerca de 75% do custo de produção.

A Estação IV (última estação) foi voltada para a comercialização. Abordava desde os fatores que influenciam na qualidade dos produtos avícolas, inclusive a forma de abate, acondicionamento e a embalagem, como o mercado interno tradicional (feiras-livres, mercados, etc.), mostrando a importância de agregar valor ao produto final, orientando o produtor a planejar sua produção para oferecer com regularidade, selecionados para atender as exigências do mercado. Também orientava os assentados para ter acesso ao PAA e ao PNAE, importantes programas de comercialização voltados a agricultores familiares (Figura 11).



Fig. 10. Estação III. Dia-de-campo sobre criação de galinhas caipiras. Foto: Ana Paula Castro.



Fig. 11. Estação IV. Dia-de-campo sobre Criação de galinhas caipiras. Foto: Ana Paula Castro.

Na avaliação da entidade executora, 76,92% das famílias atendidas afirmaram que o serviço prestado trouxe melhorias para o seu lote, embora 71,15% acharem que o técnico ainda deve melhorar em sua forma de trabalhar (Figura 12).

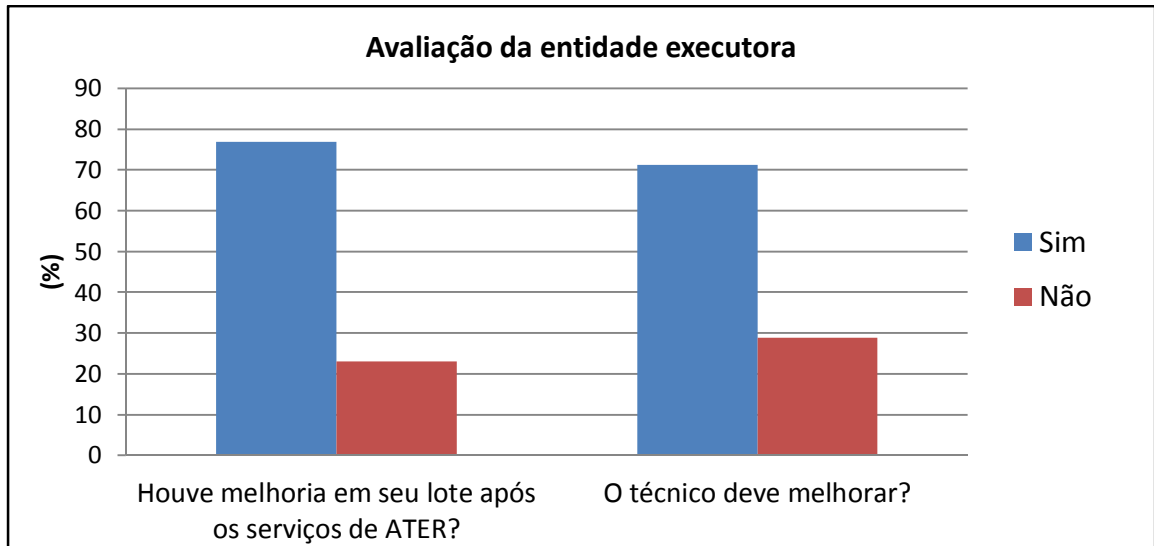


Fig. 12. Gráfico de avaliação da entidade executora.

A média das notas atribuídas em escala de 0 a 10, sendo “0” para o pior conceito e “10” para o melhor, entre os adjetivos de conhecimento técnico, gentileza no atendimento, compromisso com o trabalho, interesse pelo produtor e linguagem (forma de falar) dos técnicos que prestam o serviço, as notas foram de 8,33; 9,00; 8,12; 8,15 e 8,71 respectivamente (Figura 13).

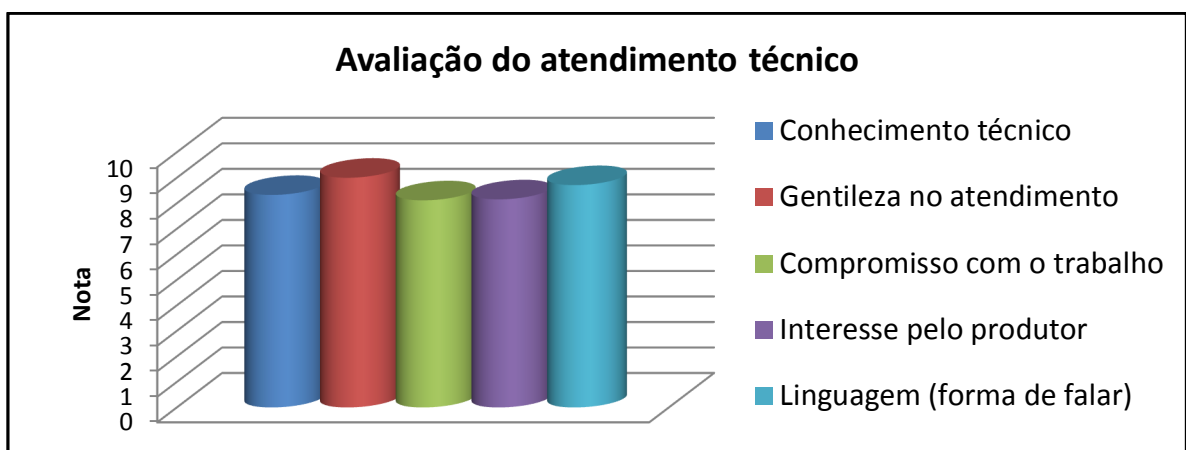


Fig. 13. Gráfico de avaliação do atendimento técnico.

No espaço reservado às observações dos entrevistados, as mais frequentes foram:

- As visitas técnicas são realizadas uma vez por um técnico, outra vez por outro sem se importar com a continuidade das recomendações da visita anterior;
- Os técnicos que atuam nas áreas irrigadas são os mesmos que trabalham nos assentamentos de sequeiro, com afinidade às vezes desconhecida nas áreas de conhecimento, a exemplo de técnicos com vivência em caprinocultura de sequeiro atuando na cultura da uva, da manga da goiaba e vice-versa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações coletadas *in loco* durante as entrevistas, dos resultados sólidos comprovados na promoção do acesso às políticas públicas e dos Relatórios de Execução inseridos no sistema SIATER pela entidade executora Diamantina Projetos Agrícolas LTDA, no município de Lagoa Grande, é possível concluir que:

Os serviços prestados atendem parcialmente aos anseios dos beneficiários, no entanto, cabe ajuste na sua execução para melhor atender suas necessidades.

Sugere-se que os atendimentos dentro da mesma área de conhecimento aos beneficiários, sejam realizados pelo mesmo técnico, o que facilitará a continuidade das ações.

Também é necessário o ajuste na distribuição dos técnicos, conciliando a afinidade de conhecimento com a aptidão do assentamento. Técnicos com afinidade em pecuária de sequeiro deverão atuar preferencialmente em assentamentos localizados nas áreas de sequeiro, visto que a principal atividade destes é a caprinovinocultura, assim como, aqueles com experiência em agricultura irrigada, deverão atuar nas áreas ribeirinhas, onde os cultivos mais expressivos são irrigados.

Isto posto, compreende-se que o trabalho prestado pela empresa Diamantina Projetos Agrícolas LTDA atendeu às propostas estabelecidas em Edital pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da Superintendência Regional (SR 29) porém, de acordo com o avaliado junto aos assentados atendidos e participante deste estudo, a ação foi parcialmente atendida haja visto que boa parte das atividades executadas prestou informações que serão relevantes na execução das tarefas diárias das famílias.

Contudo, observa-se a necessidade de uma melhor seleção e distribuição dos técnicos de forma a atender às necessidades das comunidades uma vez que são características muito diferentes entre os assentamentos, necessitando um melhor preparo dos extensionistas, de forma que sejam qualificados para compreender as diferenças naturais, culturais, sociais e ideológicas dos assentados/assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. C. R. De; OLIVEIRA, M. N. De; XAVIER, J. H. V. **A descentralização da política nacional de ater: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no noroeste mineiro – Brasil.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 551-560, dez. 2010.

BRASIL, Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL, **LEI Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. **Extrato de dispensa de licitação nº 11/2014.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 01 Out. 2014. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2016.

DIAS, M. M. **Extensão Rural Para Agricultores Assentados: Uma Análise das Boas Intenções Propostas Pelo “Serviço de ATES”.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, dez. 2004

FAUSTO et al. **Análise clínica, epidemiológica e espacial de pacientes com hanseníase em Lagoa Grande/PE, por meio de tecnologias da geoinformação.** III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação Recife - PE, 27-30 de jul. 2010.

FREIRE, A. P. et al. **Assistência técnica e extensão rural – ATER e a agricultura familiar rural.** Extramuros - Revista de Extensão da UNIVASF - Volume 3, número 2, jul. 2015.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260875>>. Acesso em: 14 set. 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA/P/Nº581/2010.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2344>>. Acesso em 14 set. 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Médio São Francisco. **Chamada pública para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural nº 01/2014.** Petrolina: 2014

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O Incra e o assentamento.** Disponível em: < http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual de acompanhamento de contratos de ATER**. Brasília. 2012. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/10402393.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas Para Agricultura Familiar**. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em: 11 ago. 2016.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **SIATER**. Disponível em: <<http://siater.mda.gov.br/sys/siater>>. Acesso em: 11 set. 2016.

NEUMANN, P. S; DALBIANCO, V. P. **Reforma Agrária e a atuação do Estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados**. In Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATER nos assentamentos de reforma agrária no RS. Vivien Diesel, Pedro Silvino Neumann, Vinícius Claudino de Sá. Ijuí: 2012. Ed. Unijuí. 352 p.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão 48. ISSN 1983-0645. Brasília, outubro / 2008.

PICCIN, M. B. et al. **Serviços de ates e poderes assimétricos em assentamento rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 26, n. 1/3, p. 59-92, jan./dez. 2009.

Pimentel, V. C. **“Assentamento é mais que um projeto”: A assistência técnica nos assentamentos rurais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007. 150p.

PIRES, M. A. P. **Diagnóstico socioeconômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. 2002.

RAMOS, G. de L. **Manual de metodologia de extensão rural**. Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA: Recife, 2013. 58p.


SABOURIN, E; OLIVEIRA, M. N. De; XAVIER, J. H. V. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG**. Estud. soc. agric: Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007.

SILVA, C. P. Da.; LAVRATTI, E. C.; NIEDERLE, S. L. **Da interpretação da realidade à gestão: os desafios da ater em assentamentos do estado de São Paulo**. São Paulo-SP. Disponível em: <<https://www.biosistemico.org.br/core/wp-content/uploads/2016/07/da-interpretacao-da-realidade-a-gestao-os-desafios-da-ater-em-assentamentos-do-estado-de-sao-paulo.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

VALE, F. F. R. do. **Análise de perfil demográfico, social e econômico de Lagoa Grande-PE**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Petrolina. 2014.

VIEIRA, A. de O.; MADEIROS, L. B. **Diagnóstico socioambiental do assentamento Guapirama, Mato Grosso**. Engenharia Ambiental – Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 1, p. 194-204, jan. /mar . 2011.

ANEXO I – Formulário de entrevista

	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - SR(29) SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER
FORMULÁRIO DE FISCALIZAÇÃO	
ENTIDADE FISCALIZADA: _____ CNPJ: _____	
Nº DO CONTRATO DE ATER: CRM/SF nº: _____	
PERÍODO AVALIADO: ____/____/____ a ____/____/____ DATA DA FISCALIZAÇÃO: ____/____/____ <small>(mês) (ano) (mês) (ano) (dia) (mês) (ano)</small>	
I – DADOS GERAIS	
1.1. Nome Titular na RB: _____ 1.2. Cód. SIPRA: _____ 1.3. nome do PA: _____ 1.4. Comunidade: _____ 1.5. Nome(s) do(s) entrevistado(s): _____ 1.6. Telefone/contato: (____) _____ - _____ 1.7. Situação da família: () Morando no lote () Família assentada, mas ainda não distribuída no lote	
II – AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE RECEBIDA	
2.1.1. Questões referentes a atendimentos individuais. (Caso não tenha ocorrido nenhum, pule para o item 2.2)	
2.1.2. Quais atividades você ou alguém de sua família receberam? () Visita Técnica no Lote () Atendimento Técnico no Escritório () Elaboração de Projetos () Planejamento Participativo do Lote	
2.1.3. Se houve Visita no Lote, o técnico foi até seus cultivos ou criações? () Sim () Não. Quanto tempo de visita? ____ h ____ Min.	
2.1.4 O técnico entregou uma via do formulário de atendimento a vocês? () Sim () Não.	
2.1.5. Você consegue entender o que está escrito na orientação? () Sim () Não () Não sabe ler	
2.1.6. O atendimento individual foi proveitoso? () Sim () Não. Por quê? _____	
2.1.7. Lembra do nome do técnico? () Sim () não Se sim, qual o nome? _____	
2.2. Questões referentes a participação de atividades coletivas.	
2.2.1. Quais atividades você ou alguém de sua família participaram? () Seminários () Planejamentos Participativos () Oficinas () Cursos () Implantação de Unidades Demonstrativas () Intercâmbios ou Excursões () Reuniões/Palestras () Dias de Campo () Estudos Técnicos Especializados () Feira () Encontros Regionais de Planejamento () Atividades Complementares (AC) () Elaboração de PDA	
2.2.2 Lembra do(s) assunto(s) tratado(s)? () sim () não. Se sim, qual? _____	
2.2.3 Você irá aplicar em seu lote as orientações que foram dadas? () Sim () Não ou () tem que conhecer mais	
2.2.4 Você recebeu algum material didático (apostila, folheto, livro, outros)? () Sim () Não	
2.2.5 Como ficou sabendo da atividade? () pelo técnico () pelo rádio () por vizinhos () outros _____	
2.2.6 Ao participar de SEMINÁRIOS, OFICINAS, INTERCÂMBIOS ou CURSOS a entidade forneceu alimentação? () Sim () Não	
2.3. Você participará das próximas atividades promovidas pela empresa de assistência técnica? () sim () não Se não, por quê? _____	
III – AVALIAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA	
3.1. Houve melhoria em seu lote após os trabalhos da Assistência Técnica ? () sim () não. Detalhe: _____	
3.2. Você acha que o técnico deve melhorar alguma coisa no seu trabalho? () sim () Não	
3.3. Dê uma nota de 0 a 10 para os seguintes aspectos do(a) técnico(a): (____) Conhecimento técnico (____) Gentileza no atendimento (____) Compromisso com o trabalho (____) Interesse pelo produtor (____) Linguagem (forma de falar)	
3.4. O técnico passou o telefone e o endereço da entidade para você? () sim () não	
3.5. Você já solicitou por alguma atividade técnica? () sim () não. Se sim, foi atendido: () sim () não Se não, o que foi solicitado e não foi atendido? _____	
IV – PARECER DO(A) FISCAL: As atividades fiscalizadas foram realizadas? () sim () não () Parcialmente _____ _____ _____	
_____ Assinatura do entrevistado	_____ Carimbo e assinatura do fiscal (INCRA)

ANEXO II: Quadro de respostas das entrevistas de avaliação realizadas no município de Lagoa Grande/PE, 2015.

Atendimentos Individuais (visitas técnicas, elaboração de projetos, etc.)				Atividades Coletivas (cursos, dia de campo, reunião, etc.)				Houve melhoria devido o serv. de ATER recebido?	O técnico deve melhorar?	Avaliação do técnico (nota 0 a 10) referente a:					O técnico deixou contato da empresa?
Recebeu visita técnica no lote?	Duração da visita (h)	Atendimento foi proveitoso?	Lembra do nome do técnico?	Lembra dos Assuntos?	Pretende aplicar orientações?	Recebeu mat. escrito	Pretende participar das próximas			Conhecimento	Gentileza no atendimento	Compromisso com o trabalho	Interesse pelo produtor	Linguagem (forma de falar)	
sim	2,00	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	6	7	6	6	7	Sim
sim	0,50	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	10	10	10	10	10	Não
sim	2,00	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	10	8	6	5	6	Não
sim	0,50	Sim	Sim	Sim	sim	Não	Sim	Sim	Não	8	8	7	7	9	Sim
sim	1,00	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	8	9	6	8	Não
sim	0,50	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	10	9	9	10	10	Não
sim	0,50	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	10	10	10	10	10	Sim
sim	0,67	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	sim	Sim	8	10	10	10	10	Sim
sim	1,00	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	8	10	7	6	8	Não
sim	0,50	Não	Não	Sim	Tem que conhecer mais	Sim	Sim	Não	Sim	7	2	1	2	3	Sim
sim	0,67	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	8	7	10	5	10	Não
sim	1,50	Sim	Não	sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10	10	9	10	10	Não
sim	0,33	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	Não	10	10	10	10	10	Sim
sim	0,67	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	10	10	10	10	Sim
não		Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	0	0	0	0	0	Não
sim	0,67	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	8	10	8	10	10	Sim
sim	0,50	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	7	10	9	9	9	Sim
sim	1,00	Não	Não	Não	Tem que conhecer mais	Não	Sim	Sim	Sim	9	9	8	10	10	Não
sim	0,50	Não	Não	Não	Tem que conhecer mais	Não	Sim	Sim	Não	10	10	10	8	10	Não
sim	1,00	Não	não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	10	10	10	10	10	Não
sim	0,92	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim.	10	10	8	10	8	Sim
sim	0,92	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	8	10	9	7	10	Não
sim	1,50	Não	Sim	Sim	Tem que conhecer mais	Não	Sim	Não	Sim	0	5	0	0	2	Não
sim	1,00	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	5	7	5	5	7	Sim
sim	0,67	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	8	9	7	8	10	Não

Atendimentos Individuais (visitas técnicas, elaboração de projetos, etc.)				Atividades Coletivas (cursos, dia de campo, reunião, etc.)				Houve melhoria devido o serv. de ATER recebido?	O técnico deve melhorar?	Avaliação do técnico (nota 0 a 10) referente a:					O técnico deixou contato da empresa?
Recebeu visita técnica no lote?	Duração da visita (h)	Atendimento foi proveitoso?	Lembra do nome do técnico?	Lembra dos Assuntos?	Pretende aplicar orientações?	Recebeu mat. escrito	Pretende participar das próximas			Conhecimento	Gentileza no atendimento	Compromisso com o trabalho	Interesse pelo produtor	Linguagem (forma de falar)	
sim	0,50	Sim	Não	sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	7	10	8	9	10	Não
sim	1,50	Sim	não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9	9	7	10	8	Sim
sim	3,00	Não	Sim	Não	Não	Não	sim	Não	Sim	9	10	8	7	9	Não
não		Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	10	10	10	10	Sim
não		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	8	9	9	8	9	Sim
sim	0,17	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	10	10	9	8	7	Sim
sim	1,00	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	7	8	6	10	10	Sim
sim	1,50	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	8	9	8	8	9	Sim
sim	1,00	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	8	9	10	8	8	Sim
sim	0,50	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	10	10	10	10	Sim
sim	0,50	Sim	Sim	sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	8	10	9	10	10	Sim
sim	1,50	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	8	8	10	10	8	Sim
sim	1,00	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	10	10	10	10	10	Sim
sim	0,17	Não	Não	sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	9	10	7	8	9	Não
sim	0,33	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9	10	8	10	10	Sim
sim	0,50	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	8	10	6	5	8	Não
sim	0,67	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	9	10	10	10	8	Não
sim	0,83	Sim	Não	sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	9	10	10	9	9	Não
sim	1,50	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	10	10	10	10	Sim
não		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	10	10	9	10	10	Sim
não		Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	9	10	10	9	9	Sim
sim	0,50	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	5	10	8	10	10	Sim
sim	1,00	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	10	10	8	10	8	Sim
sim	2,00	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	8	9	8	7	8	Sim
sim	1,50	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	9	8	10	8	10	Sim
sim	0,67	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	7	10	8	9	10	Sim
sim	0,50	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	9	10	8	7	9	Sim